

# **Justiça, Direito, Poder**

## **(Timor e a expulsão de Magistrados Portugueses)**

Justiça, Direito e Poder deveriam andar de braço dado! Deveriam, sempre! Só que isso poucas vezes acontece!

E assim é porque sendo o Poder, o político, aquele “que mais ordena”, pois lhe compete produzir e fazer cumprir o Direito, deveria ter sempre em mente realizar com ele a Justiça, a mais importante deles três, a bem de todos. Infelizmente raramente o faz.

Ao invés, o Poder serve-se do Direito que cria para se autoprotoger, protegendo os seus detentores, se possível perpetuando-se incontrolado, como se ele, Poder, fosse um bem em si mesmo em vez de ser um instrumento de realização da Justiça através do Direito.

Vem isto um pouco a propósito do que aconteceu há dias com a expulsão, pelo poder político de Timor, de Magistrados portugueses aí em serviço de cooperação.

Bem que tentaram os responsáveis justificar tais expulsões com colaborações e decisões menos favoráveis a Timor dos expulsos, em matéria relacionada com direitos sobre o petróleo.

Mas a verdadeira razão emergiu clara sobre o negrume do crude quando o Governo de Timor solicitou, por missiva ao Parlamento, que não levantasse a imunidade de que gozavam políticos desses dois órgãos, como a Ministra da Justiça ou o Presidente do Parlamento, alegadamente envolvidos em casos de corrupção investigados por alguns desses Magistrados e pelo Gabinete Anti-Corrupção do Governo, donde foi expulso também um nosso oficial da PSP.

**A expulsão, ao mesmo tempo que boicota, cerceia e desorganiza a investigação, serve como aviso claro a quem fica de que não se deve**

**aventurar por esses caminhos**, porque os escolhos podem-lhes ser perigosos. (Não é por acaso que Juízes Timorenses receiam já pelas suas vidas, como vem sendo noticiado).

É um direito de um Estado Soberano como Timor não querer cooperadores estrangeiros no seu País. Certo! Mas é o seu uso nestas circunstâncias concretas que está aqui em causa.

**Este caso demonstra bem como os detentores do Poder podem usar um Direito em sentido contrário ao da Justiça.**

Não sei porquê vieram-me à memória recordações de não longínquas repetidas declarações do Governo Português verberando violentamente o Tribunal Constitucional por decisões do seu desagrado, mas inquestionavelmente da competência desse órgão de soberania.

Afirmou-se mesmo que teria de haver mais cuidado na escolha dos Juízes ...

**E pus-me a pensar, preocupado: - Será que o nosso Governo, se pudesse, também expulsaria os Juízes Conselheiros do Palácio Ratton?**